

# ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS: DESAFIOS ESTRUTURAIS DA DOCÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO TOCANTINS

## BETWEEN POLICIES AND PRACTICES: STRUCTURAL CHALLENGES OF TEACHING PORTUGUESE IN TOCANTINS

Andreane Dantas da Silva Peres<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Asmaa Saber Attia<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Cleliléia Neves Silva Crepaldi<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Eudina Pereira da Silva Sandri<sup>4</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Lucas Luís Pereira da Silva Oliveira<sup>5</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Iraneide Borges Taveira de Sousa<sup>6</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Poliana Alves de Oliveira<sup>7</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

---

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras/UFT). Professora efetiva da rede municipal de ensino de Palmas, Tocantins. E-mail: [andreane@mail.uft.edu.br](mailto:andreane@mail.uft.edu.br); <http://lattes.cnpq.br/9386414646072527>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1021-7552>.

<sup>2</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras/UFT). E-mail: [asmaasaberatya@gmail.com](mailto:asmaasaberatya@gmail.com); <https://lattes.cnpq.br/6472584036392803> <https://orcid.org/0009-0001-7810-3689>

<sup>3</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras/UFT). Professora efetiva da rede municipal de ensino de Palmas/TO e da rede estadual de ensino do Tocantins. E-mail: [clelileia@gmail.com](mailto:clelileia@gmail.com); Orcid.org/0000-0003-1207-1124 | <https://lattes.cnpq.br/3702613825509393>.

<sup>4</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLetras/UFT), na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Servidora da Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC). E-mail: [eudina.sandri@mail.uft.edu.br](mailto:eudina.sandri@mail.uft.edu.br), <https://orcid.org/0009-0008-2273-7456>.

<sup>5</sup>Mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras/UFT). Servidor da Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC). E-mail: [luis.pereira@mail.uft.edu.br](mailto:luis.pereira@mail.uft.edu.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1917-2139>

<sup>6</sup>Mestranda em Letras do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras-UFT). Professora Efetiva da Educação Básica da Rede Pública do Estado do Tocantins. E-mail: [iraneidetaveiradesousa@seduc.to.gov.br](mailto:iraneidetaveiradesousa@seduc.to.gov.br). <https://orcid.org/0009-0009-5521-2004>.

<sup>7</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora Efetiva da Educação Básica da Rede Pública do Estado do Tocantins. E-mail: [polianadeoliveira2023@seduc.to.gov.br](mailto:polianadeoliveira2023@seduc.to.gov.br). <https://orcid.org/0000-0001-6898-8105>.

Ruth Aires Dias Teles<sup>8</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Wagner Rodrigues Silva<sup>9</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

**Resumo:** Este artigo estabelece um diálogo com o Manifesto dos Multiletramentos (Cazden et al., 2021), evidenciando que algumas de suas proposições ainda se configuram como desafios para o ensino da língua materna no contexto escolar brasileiro, com ênfase na rede pública do Tocantins. A pesquisa, de abordagem qualitativa e documental, analisou memoriais acadêmicos, documentos oficiais e interações digitais de professores, interpretados à luz de Signorini (2007) e Street (2014). Os dados indicam que fatores como a desvalorização financeira e social da profissão, o acúmulo de tarefas burocráticas e fragilidades na formação inicial e continuada comprometem a autonomia docente e dificultam a adoção de práticas pedagógicas coerentes com os multiletramentos. O cenário observado revela um magistério submetido a políticas prescritivas e a processos formativos pouco contextualizados, o que limita a construção de experiências de aprendizagem críticas, criativas e sensíveis às realidades socioculturais dos estudantes. Enfrentar esses desafios requer políticas públicas que assegurem condições dignas de trabalho e valorização profissional, reconhecendo o professor como agente central no fortalecimento dos letramentos e na democratização da educação.

**Palavras-chave:** Ensino de língua materna; Formação docente; Trabalho docente; Letramentos Sociais.

**Abstract:** This article establishes a dialogue with the Multiliteracies Manifesto (Cazden et al., 2021), highlighting that some of its propositions still pose challenges to the teaching of the mother tongue in the Brazilian school context, with an emphasis on the public school system of Tocantins. The research, using a qualitative and documentary approach, analyzed academic memoirs, official documents, and digital interactions of teachers, interpreted in light of Signorini (2007) and Street (2014). The data indicates that factors such as the financial and social devaluation of the profession, the accumulation of bureaucratic tasks, and weaknesses in initial and continuing education compromise teacher autonomy and hinder the adoption of pedagogical practices consistent with multiliteracies. The observed scenario reveals a teaching profession subjected to prescriptive policies and poorly contextualized training processes, which limits the construction of critical, creative, and sensitive learning experiences that reflect the sociocultural realities of students. Addressing these challenges requires public policies that ensure decent working conditions and professional recognition, acknowledging the teacher as a central agent in strengthening literacy and democratizing education.

**Keywords:** Mother tongue teaching; Teacher training; Teaching work; Social literacies.

## **Autores convidados**

### **1 Introdução**

As aulas de Língua Portuguesa como língua materna se apresentam como um campo de práticas complexas e dinâmicas, atravessadas por transformações sociais,

---

<sup>8</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora Efetiva da Educação Básica da Rede Pública do Estado do Tocantins. <http://lattes.cnpq.br/6104027149377692>. E-mail: [ruthadteles@gmail.com.br](mailto:ruthadteles@gmail.com.br). orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6474-2490>.

<sup>9</sup>Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Federal do Tocantins. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: [wagnersilva@uft.edu.br](mailto:wagnersilva@uft.edu.br). <https://orcid.org/0000-0002-3994-1225>

culturais e tecnológicas, demandando novas formas de pensar e praticar o magistério. Se antes a ênfase recaía sobre o ensino reprodutivo e normatizado da língua, hoje requer-se dos professores o reconhecimento de diversidades culturais, a exemplo de contextos, linguagens e mídias, os quais devem ser considerados na formação crítica dos cidadãos.

Este artigo propõe-se a refletir sobre três dimensões que incidem na prática docente no ensino de Língua Portuguesa, com ênfase na realidade educacional do Tocantins: (i) a ausência de reconhecimento financeiro e social; (ii) a sistematização externa do trabalho docente; e (iii) a fragilidade na formação inicial e continuada. Essas dimensões são aqui denominadas “fatores externos”, por se tratar de condições sistêmicas, políticas e socioeconômicas que, originadas fora do contexto imediato da sala de aula, exercem influência direta e estrutural sobre a prática pedagógica do professor, (de)limitando sua autonomia, moldando expectativas curriculares e afetando as relações de letramento na escola. Pretende-se, ainda, discutir como esses fatores impactam a qualidade do ensino e o bem-estar dos professores, repercutindo no processo formativo, na autonomia pedagógica e na saúde desses profissionais.

Este estudo estabelece um diálogo com o Manifesto dos Multiletramentos (CAZDEN et al., 2021), buscando evidenciar que algumas de suas proposições ainda constituem desafios para o ensino da língua materna no contexto escolar brasileiro, mesmo após quase 30 anos de sua publicação. Com base nisso, reunimos e problematizamos vozes de professoras da educação básica, identificando desafios externos à garantia da educação linguística na escola, a partir da construção de memoriais profissionais. Nesse enfoque, Street (2014) destaca a linguagem como prática social, não restrita à escolarização formal, mas vinculada a experiências cotidianas dos indivíduos. Essa perspectiva dialoga com a proposta do manifesto mencionado que sistematiza uma Pedagogia dos Multiletramentos, voltada a um ensino atento à diversidade de textos, mídias e culturas.

Nesse cenário, foram elaborados memoriais profissionais pelos acadêmicos da disciplina de Letramento e Ensino, ofertada no Programa de Pós-graduação em Letras (PPG-Letras), na Universidade Federal do Tocantins (UFT), revelando de forma sensível e concreta, a materialidade dos desafios enfrentados no cotidiano escolar. Entre as narrativas, há o memorial de uma discente oriunda do Egito, cuja escrita elucida as especificidades da educação em seu país, coadunando com a realidade vivenciada na educação brasileira. De modo geral, emergem dos textos temas recorrentes: as fragilidades da formação inicial, a sobrecarga de trabalho e a precarização do magistério,

as desigualdades entre redes públicas e privadas, bem como as marcas das experiências pessoais que se entrelaçam ao exercício da docência e à remuneração que não condiz com o trabalho realizado.

O ensino de Língua Portuguesa no contexto brasileiro envolve demandas inerentes ao magistério, como o trabalho com turmas bastante heterogêneas, diferentes ritmos de aprendizagem e a integração de multiletramentos às práticas pedagógicas. Contudo, quando essas exigências colidem com as condições estruturais mais amplas, intensificam-se os desafios profissionais e suas repercussões no processo educativo. Nas narrativas de professores do Tocantins, observa-se que tais condições ampliam as tensões da prática cotidiana, sobretudo diante de pressões por resultados em avaliações externas e das limitações institucionais para o desenvolvimento de propostas críticas, contextualizadas e sensíveis às realidades socioculturais dos estudantes.

Então, ao aproximar as narrativas dos discentes do Curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT) às perspectivas de Street (2014) e aos postulados do manifesto dos multiletramentos (CAZDEN et al., 2021), evidencia-se que os desafios relatados não se restringem ao âmbito das práticas individuais, mas derivam de condicionantes históricos e estruturais que moldam o ensino da Língua Portuguesa no país. Tais dificuldades expressam tensões entre políticas educacionais prescritivas, expectativas de desempenho mensurável e a complexidade dos contextos socioculturais que atravessam a escolarização. Nesse sentido, o ensino de Língua Portuguesa emerge como espaço privilegiado para tensionar assimetrias de poder e assegurar o direito à participação discursiva em uma sociedade plural e atravessada por constantes transformações tecnológicas.

Para investigar os três desafios externos mencionados, a pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa e documental, incorporando fontes diversas: memoriais acadêmicos e documentos oficiais, os quais permitem compreender as condições objetivas e simbólicas que estruturam a docência em Língua Portuguesa. Assim, este artigo ancora-se nas vivências elucidadas nos memoriais dos acadêmicos, e fundamenta-se nos referenciais teóricos de Street (2014), Signorini (2007) e do Manifesto dos Multiletramentos (CAZDEN et al., 2021), para refletir sobre os desafios do ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade.

Diante do exposto, este artigo está organizado em quatro principais seções, além desta introdução, das considerações finais e das referências. A primeira seção apresenta a fundamentação teórica, abordando contribuições para a compreensão crítica do ensino de

língua e da docência sob a ótica dos letramentos sociais e dos multiletramentos. A segunda descreve os procedimentos metodológicos, incluindo as fontes documentais analisadas. A terceira seção discute fatores externos que incidem sobre a prática docente, como a desvalorização profissional, a fragilidade formativa com base em dados empíricos e teóricos e a sistematização do trabalho, que refletem diretamente no bem-estar dos professores, observadas tanto no aumento de afastamentos por questões de saúde quanto na recorrência de narrativas midiáticas sobre o adoecimento docente.

Com isso, a fim de elucidar cada um desses desafios, serão analisadas publicações na plataforma Instagram, chats de formações continuadas no Youtube, matérias jornalísticas relacionadas ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Educação (PCCR), dos profissionais da educação; e programas e projetos implementados por instâncias superiores.

## **2 Fundamentação teórica**

A atuação do professor de Língua Portuguesa na contemporaneidade é atravessada por múltiplos fatores externos que influenciam suas práticas pedagógicas e o processo de ensino e aprendizagem. Entre os desafios recorrentes estão a baixa remuneração salarial e pouca valorização social, a sistematização externa do trabalho docente, as condições materiais e estruturais precárias, a formação profissional insuficiente e as turmas com número excessivo de estudantes. Esses elementos compõem um cenário complexo que demanda do professor não apenas domínio técnico da língua, mas também sensibilidade, criticidade e capacidade de reflexão sobre sua própria prática.

Nesse contexto, as contribuições de Cazden et al. (2021), Street (2014) e Signorini (2007) oferecem fundamentos sólidos para compreender como o ensino de língua é impactado por transformações sociais, tecnológicas e ideológicas que ultrapassam o espaço escolar.

De acordo com Cazden et al. (2021), a pedagogia dos multiletramentos surge como resposta às mudanças culturais e comunicacionais que marcam o mundo globalizado e digital, defendendo uma prática docente que reconheça a diversidade cultural e os múltiplos modos de produção de sentido que atravessam o cotidiano escolar. Essa perspectiva reforça a importância de o professor atuar como mediador crítico, capaz de (res)significar sua prática mesmo diante das limitações materiais e das pressões externas que influenciam sua ação pedagógica. Os autores da obra destacam que o papel do educador no contexto dos multiletramentos é o de designer de significados, isto é,

alguém que cria oportunidades de aprendizagem a partir de diferentes linguagens, mídias e realidades culturais. Essa concepção dialoga diretamente com a necessidade do professor de Língua Portuguesa adaptar suas metodologias às condições de trabalho impostas pelos sistemas educacionais e pelas desigualdades sociais, exercendo um papel criativo e transformador mesmo em contextos adversos.

Sob a ótica dos multiletramentos é possível analisar as condições externas que impactam o trabalho dos professores de Língua Portuguesa, como turmas superlotadas, formação profissional insuficiente e carência de recursos pedagógicos, não apenas impactam o trabalho docente, mas também demandam novas formas de agir e pensar o ensino de língua. Os autores reunidos em Ribeiro e Corrêa (2021) enfatizam que a docência deve ser vista como uma prática social e política, que se constrói na interação entre o contexto sociocultural, os recursos disponíveis e as experiências dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Complementarmente, Street (2014), ao propor a teoria dos letramentos sociais, amplia a compreensão do letramento como prática social e culturalmente situada, e não apenas como habilidade técnica, mas permeada por valores, ideologias e relações de poder. A perspectiva do autor permite compreender que o trabalho docente é condicionado pelas relações sociais, políticas e culturais que estruturam a escola. As práticas de leitura e escrita são permeadas por valores e ideologias, o que significa que o professor de Língua Portuguesa precisa lidar com diferentes expectativas e concepções de linguagem trazidas pelos estudantes e pelas políticas educacionais. Dessa forma, fatores externos, como a diversidade sociocultural e as condições sociais dos alunos, impactam diretamente as escolhas pedagógicas e o planejamento das aulas.

A perspectiva dos letramentos sociais (STREET, 2014), compreende que o ensino de língua precisa considerar as condições socioculturais e econômicas dos sujeitos, e que o professor, muitas vezes sem o devido reconhecimento social e financeiro, atua em contextos marcados pela desigualdade e pela falta de recursos. Nessa visão, o professor não ensina apenas conteúdos, mas participa de práticas discursivas que refletem e reproduzem as estruturas sociais. A sistematização externa do trabalho docente, frequentemente imposta por políticas educacionais padronizadas, reduz a autonomia do professor e o distancia das práticas sociais reais de leitura e escrita dos estudantes.

Por sua vez, Signorini (2007) contribui com uma reflexão crítica sobre o letramento escolar e a formação docente, problematizando como o contexto institucional e as políticas de ensino moldam a prática do professor. A autora enfatiza que o docente

atua em meio a tensões entre o que é prescrito pelos currículos e avaliações externas e o que é vivido nas práticas reais da sala de aula. Tais fatores externos, como demandas burocráticas, avaliações em larga escala e políticas padronizadoras, influenciam o modo como o professor compreende sua função e constrói sua autonomia pedagógica.

A autora defende a necessidade de uma formação crítica, que possibilite ao educador compreender as relações entre o contexto social, as políticas públicas e suas práticas pedagógicas, reconhecendo-se como sujeito histórico e agente de transformação. Destaca que a formação docente, muitas vezes insuficiente e desarticulada da realidade das escolas, não prepara o professor para lidar com as complexidades cotidianas do ensino. Soma-se a isso, a superlotação das turmas, que limita o acompanhamento individualizado e intensifica a sobrecarga de trabalho.

A escolha desses autores como base teórica justifica-se pela convergência de suas reflexões em torno de uma visão crítica e social da linguagem, que reconhece a docência como prática situada, historicamente condicionada e socialmente significativa, permitindo compreender que o trabalho docente não ocorre em isolamento, mas em diálogo com as estruturas sociais, políticas e culturais que o cercam. Suas perspectivas ajudam a compreender que fatores externos, como as condições de trabalho, as políticas de controle e os recursos materiais influenciam o ensino, mas não determinam inteiramente a prática do professor, que pode (res)significar seu fazer pedagógico de forma criativa e reflexiva.

A formação do professor, tanto inicial quanto continuada, constitui um dos pilares para a consolidação das práticas pedagógicas em sala de aula, pois é por meio dela que se tornam possíveis ações docentes críticas e transformadoras, em consonância com os estudos da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 1996; Silva, 2025). A formação crítica reflete diretamente na maneira de conduzir as aulas e no desenvolvimento dos estudantes, vistos como sujeitos curiosos e autônomos, capazes de compreender o mundo em que estão inseridos e de intervir para transformá-lo com responsabilidade (Silva, 2019).

Entretanto, a formação inicial nem sempre ocorre de forma eficaz. Muitos docentes enfrentam dificuldades para ingressar na universidade, conciliando trabalho e estudo, o que compromete sua dedicação e intensifica a sobrecarga. Soma-se a isso a fragilidade das políticas formativas, que não conseguem responder plenamente às demandas contemporâneas da sala de aula, marcada pela diversidade cultural, pelas novas linguagens e pelos múltiplos modos de significar o mundo. Saviani (2005) reforça que a formação docente deve articular-se às necessidades históricas e materiais da educação

brasileira, pois a prática educativa é, ao mesmo tempo, um ato político e um ato de conhecimento.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2015, 2019 e 2024 representam marcos importantes, mas revelam limitações. A Resolução de 2015 buscou articular teoria, prática e formação continuada, reconhecendo o professor como pesquisador de sua própria prática. Contudo, permaneceu centrada em currículos tradicionais, distantes da realidade sociocultural dos estudantes. A Resolução de 2019, ao instituir a BNC-Formação, deslocou o foco para competências mensuráveis, alinhadas à BNCC, reforçando a tecnificação da formação. Já a Resolução de 2024 enfatizou a integração entre ensino, pesquisa e extensão, propondo um perfil crítico e reflexivo, mas sua implementação revelou lacunas, como estágios desarticulados e ausência de parcerias efetivas entre universidades e redes de ensino.

A trajetória normativa demonstra intenções legítimas de modernização, mas evidencia que a formação dos professores de Língua Portuguesa continua desconectada da complexidade da escola contemporânea. A formação inicial privilegia aspectos técnicos em detrimento da investigação crítica, enquanto a formação continuada, muitas vezes burocrática e impositiva, perde seu caráter reflexivo e se aproxima de um ritual obrigatório, como aponta Silva (2024).

Diante dessas reflexões teóricas, torna-se necessário compreender como tais desafios se manifestam na prática docente e quais impactos produzem no ensino de Língua Portuguesa. Para isso, a próxima seção apresenta o percurso metodológico adotado neste estudo, contextualizando o corpus de análise, os sujeitos envolvidos e os documentos examinados, de modo a fundamentar a investigação sobre os fatores externos que incidem na atuação dos professores.

### **3 Procedimentos metodológicos**

O presente artigo é resultado de uma atividade desenvolvida no âmbito da disciplina de Letramento e Ensino, ofertada no Programa de Pós-graduação em Letras (PPG-Letras), na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e conduzida pelos seguintes docentes: Dra. Ângela Noletto da Silva e Dr. Wagner Rodrigues Silva. Como estratégia pedagógica, foi solicitado aos pós-graduandos a escrita e reescrita de memoriais profissionais, com o objetivo de refletir sobre a atuação profissional e os modelos de letramentos.

A turma foi composta por 15 acadêmicos, entre mestrandos e doutorandos formados em licenciaturas, com predominância dos cursos de Pedagogia e Letras. Além

dos acadêmicos brasileiros, participa uma mestranda egípcia, cuja experiência permite uma comparação sobre os desafios do ensino de Língua Portuguesa nos dois países. Alguns discentes participaram de programas institucionais durante a graduação realizada, como Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (RP). Essas experiências contribuíram de maneira significativa para a vivência profissional e científica. Ademais, observa-se que esses profissionais desenvolvem atividades em variados contextos, abrangendo escolas públicas, instituições privadas e funções vinculadas à gestão educacional.

Os memoriais ressaltam a valorização da educação pública como espaço fundamental para a promoção da transformação social. Destacam, também, a influência da trajetória familiar na escolha pela carreira docente. Entre os desafios recorrentes no exercício profissional, sobressaem a precariedade estrutural das instituições escolares, as condições adversas de trabalho e a difícil conciliação entre estudo, carreira e vida pessoal. Tais trajetórias revelam resiliência constante, engajamento profundo e compromisso coletivo voltado à transformação social por meio da educação.

Somam-se a esses aspectos as dificuldades enfrentadas pelos próprios acadêmicos para cursar o mestrado e o doutorado, uma vez que o sistema educacional, tanto público quanto privado, ainda burocratiza e limita a concessão de afastamentos ou a redução da carga horária docente para fins de qualificação profissional. Essa realidade obriga muitos professores a conciliarem longas jornadas de trabalho com demandas do curso de pós-graduação, o que compromete a dedicação à pesquisa e a qualidade de sua formação. Tal situação revela um paradoxo: ao mesmo tempo em que se exige dos educadores atualização e formação continuada, as condições institucionais frequentemente inviabilizam ou restringem esse processo.

Após a elaboração dos memoriais, os acadêmicos foram organizados em dois grupos de aproximadamente oito integrantes para refletirem sobre os desafios do ensino de Língua Portuguesa no século XXI, considerando tanto fatores externos quanto fatores internos que incidem diretamente no ensino da língua materna. Os fatores a serem investigados em ambos os artigos, foram levantados durante as aulas do componente curricular mencionado, bem como estão presentes nos memoriais e no referencial teórico utilizado. Coadunando com essas premissas, este artigo aprofundará os estudos abordando os seguintes fatores externos: ausência de reconhecimento financeiro e social, sistematização externa do trabalho docente, fragilidade na formação inicial e continuada

do profissional.

Faz-se relevante elucidar os eixos norteadores que embasam esse estudo, nesse sentido frisamos que a ausência de reconhecimento financeiro e social do professor constitui um dos fatores estruturais mais persistentes que afetam o ensino no Brasil. Do ponto de vista financeiro, os salários historicamente baixos, aliados à defasagem de planos de carreira e à insuficiência de incentivos para qualificação, repercutem diretamente na valorização profissional. Essa desvalorização econômica faz com que muitos docentes assumam múltiplas jornadas para complementar a renda, reduzindo tempo para planejamento, estudo e acompanhamento pedagógico.

No plano social, a profissão docente enfrenta um processo de deslegitimação simbólica, caracterizado pela redução do prestígio social e pela percepção de que o trabalho do professor é menos complexo ou menos relevante do que de outras áreas profissionais. Essa desvalorização simbólica impacta a autoestima profissional, o engajamento pedagógico e a permanência na carreira, contribuindo para a rotatividade e para o adoecimento docente. Assim, a falta de reconhecimento financeiro e social compromete tanto as condições objetivas quanto subjetivas de trabalho.

Outro eixo importante condiz com a sistematização externa do trabalho docente, referindo-se à crescente influência de políticas, programas e instrumentos burocráticos que padronizam, orientam e, por vezes, restringem a autonomia pedagógica. Esse fenômeno ocorre quando órgãos governamentais, redes de ensino ou instituições externas passam a definir metas, conteúdos, métodos, avaliações e práticas, muitas vezes sem considerar o contexto local, a diversidade dos estudantes ou a experiência dos profissionais. A intensificação de formulários, protocolos, plataformas e exigências administrativas também contribui para o aumento da carga de trabalho invisível, que se sobrepõe ao tempo pedagógico. Como resultado, a sistematização externa gera tensões entre a prescrição e a prática, dificultando a construção de ações contextualizadas e afetando a qualidade do ensino.

A fragilidade na formação inicial e continuada constitui um dos desafios centrais para a profissionalização docente. Na formação inicial, persistem currículos com pouca articulação entre teoria e prática, estágios supervisionados insuficientes e abordagens metodológicas que, muitas vezes, não dialogam com os desafios contemporâneos do ensino, como multiletramentos, tecnologias digitais, diversidade cultural ou gestão democrática da sala de aula. Essa desconexão entre formação e realidade escolar limita a autonomia intelectual do futuro professor e sua capacidade de responder criticamente aos

problemas da prática (Silva, 2012, 2014).

No que se refere à formação continuada, a fragilidade se manifesta na oferta irregular, episódica ou pouco contextualizada de cursos, geralmente desvinculados das demandas reais das escolas. Em muitos casos, as formações são pautadas por modelos prescritivos, com enfoque em treinamentos técnicos, sem promover reflexão crítica sobre práticas e políticas educacionais. A ausência de programas sistemáticos, colaborativos e interdisciplinares impede que o professor desenvolva competências necessárias para lidar com as transformações sociais, culturais e tecnológicas que atravessam o campo educacional. Assim, tanto na formação inicial quanto na continuada, a falta de integração entre teoria, prática e contexto reforça desigualdades pedagógicas e limita o desenvolvimento pleno do trabalho docente.

Para investigar os fatores externos, adotou-se a pesquisa documental. Para Gil (2019) essa metodologia possibilita analisar e interpretar documentos produzidos no contexto social e profissional, permitindo compreender práticas, percepções e experiências manifestadas nos registros originais. Nesse sentido, além das narrativas presentes nos memoriais profissionais, foram examinados documentos institucionais e normativos, tais como o Dossiê de Oportunidades da Secretaria de Educação do Tocantins, publicações do Diário Oficial do Estado, bem como informações veiculadas em sites oficiais da Seduc-TO e do Governo do Tocantins.

Além disso, foram examinadas interações digitais realizadas em *chats* de formações continuadas, bem como as respostas a formulários avaliativos disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado, com o objetivo de compreender de que maneira essas manifestações refletem fatores externos que influenciam a prática de ensino da língua materna.

Segundo Lopes e Coutinho (2016), conteúdos produzidos em plataformas digitais configuram-se como documentos contemporâneos, pois expressam opiniões, experiências, posicionamentos e práticas sociais em seu estado natural de circulação. Para Bardin (2016), esses materiais constituem fontes legítimas para análise, uma vez que permitem acessar sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e contextos.

A pesquisa documental, nesse caso, amplia-se para abarcar registros digitais que, conforme Flick (2009), possibilitam observar as mediações tecnológicas que constituem os processos de formação e trabalho docente na atualidade. Assim, os *chats* de formações continuadas veiculadas em canal do *youtube* e as interações em rede fornecem

informações complementares sobre percepções docentes em tempo real, indicando como vivenciam e interpretam os desafios estruturais que atravessam o ensino de Língua Portuguesa, tais como condições de trabalho, políticas de avaliação, infraestrutura e formação profissional.

Nesse sentido, também foram analisados os *chats* das formações continuadas e interações em grupos de redes sociais utilizados pelos professores participantes, de modo a identificar como expressam e problematizam os desafios externos que atravessam sua prática cotidiana. Esses registros digitais complementam os demais documentos investigados, ampliando a compreensão sobre as condições reais do exercício docente no ensino de Língua Portuguesa.

## **4 Fatores incidentes na atuação docente**

### **4.1 Ausência de reconhecimento financeiro e social**

A valorização do magistério constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da educação pública de qualidade. Ao discorrer sobre a falta de reconhecimento financeiro e social, não se objetiva trazer “discursos já banalizados de vitimização do professorado em função dos baixos salários” (SIGNORINI, 2007, p. 320), mas evidenciar como as condições materiais, os valores, representações, ideologias e expectativas sociais influenciam diretamente a atuação e a identidade docente. A (des)valorização profissional ultrapassa a dimensão econômica, pois afeta o modo como o professor é percebido socialmente e como se reconhece em sua própria prática.

Essa realidade, no Estado do Tocantins, revela a contradição entre o discurso político de valorização da educação e as ações efetivas de reconhecimento e incentivo à carreira. A defasagem salarial é evidenciada na demora da atualização do documento que rege a progressão profissional, a remuneração e o reconhecimento funcional dos docentes, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação básica, o que configura um dos principais fatores externos<sup>10</sup> que impactam negativamente o processo educativo.

A indignação dos professores da rede estadual do Tocantins é evidente em

---

<sup>10</sup> Para uma das autoras deste artigo, de origem egípcia, os professores de árabe enfrentam desafios educacionais e sociais, agravados pela concorrência do dialeto coloquial e de línguas estrangeiras, o que amplia sua responsabilidade na valorização da língua materna e da identidade cultural (OSMAN, 2025). Nesse sentido, os fatores externos que influenciam o processo educativo não se limitam ao Tocantins, mas também se fazem presentes no Egito.

diversas manifestações, e ainda mais latente nas redes sociais. Em 14 de dezembro de 2024, em um post do Instagram da Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) sobre o PCCR, as imagens apresentavam tabelas de progressão salarial do novo plano, com amplitudes de até 150% para doutorado e 97% para licenciatura, além da promessa de aumentos imediatos para efetivos e aposentados. Apesar dos slogans de valorização profissional, os comentários revelaram insatisfações e críticas à proposta. Para melhor ilustrar, descreve-se alguns deles no quadro a seguir.

**Quadro 1 - Comentários no Instagram sobre o PCCR**

| Comentários positivos                 | Comentários negativos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (palminhas) justo!                    | <u>Triste</u> ver como nós, PROFESSORES, somos <u>desvalorizados</u> e tratados com indiferença pelo poder público, enquanto outras carreiras precisam de menos estudo e menos tempo para alcançar o mesmo que precisamos trabalhar praticamente metade da vida para ter...                                                                                                   |
| (palminhas)                           | Uma <u>tristeza</u>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| (palminhas) muito bom meu governador! | Um Pccr é um sonho de sermos valorizados... Uma <u>vergonha</u> nesses valores... e essa porcentagem....kkkkkk                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                       | Quanto <u>desrespeito</u> por aqueles que se dedicam tanto à formação dos novos cidadãos. Quantos belos discursos sobre a importância do professor. No final, somos a categoria <u>menos remunerada</u> pelo trabalho que fazemos. No próximo dia do professor, façam um favor à categoria: sem homenagens, sem discursos vazios. Menos hipocrisia, por favor.                |
|                                       | Para quem chegou agora no estado e tendo que pagar aluguel, Internet, energia, água, transporte, alimentação e mandar dinheiro pra família que mora em outro estado, isso é uma <u>vergonha</u> .                                                                                                                                                                             |
|                                       | Da pra melhorar e muito ainda essa proposta porque nesse modelo é <u>enganação</u> e não tem poder de convencimento, melhora aí o inicial e o modelo de progressão, porque aí você não fica dependendo de ser Dr para ter um salário digno de respeito porque eu duvido se Dr hoje fica nessa condição aí não fica um se quer. a não ser que tenha pretensões além de escola. |
| TOTAL 3                               | TOTAL 495                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

Fonte: elaboração dos autores a partir do Instagram da SEDUC, disponível em <https://www.instagram.com/seductocantins>. Acesso em 14 de out. de 2025.

O Quadro 1 evidencia a predominância de manifestações negativas em relação ao PCCR dos profissionais da educação do Tocantins. Dos 498 comentários analisados, apenas três expressam concordância ou aprovação, enquanto a maioria revela insatisfação, frustração e descrença quanto à efetiva valorização docente. As falas, marcadas por tom crítico e emotivo, denunciam a desvalorização e a realidade vivenciada pelos professores, que se percebem desrespeitados e desmotivados diante das condições

salariais e das políticas educacionais vigentes.

Conforme divulgado pelo próprio Governo do Tocantins, em sua página oficial (TOCANTINS, 2025)<sup>11</sup>, no dia 10 de abril de 2025, o PCCR da educação estadual permaneceu inalterado por cerca de dez anos, desde sua última revisão, publicada em 2014 (TOCANTINS, 2014). Nesse período, os professores atuaram sob regras defasadas e remunerações que não acompanharam a complexificação das demandas pedagógicas nem o aumento do custo de vida, o que resultou em distorções acumuladas na carreira. O site oficial do Governo reconhece expressamente que o plano “estava defasado e precisava ser revisado para corrigir distorções que se acumularam ao longo de uma década” (TOCANTINS, 2025).

Essa morosidade na efetivação da política de carreira e na garantia de progressão tem levado os professores a constantes mobilizações e paralisações. Em outubro de 2025, período de realização deste estudo, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Tocantins (SINTET) registrou uma paralisação estadual com mais de 90% de adesão, cobrando do governo o envio do PCCR à Assembleia Legislativa e a implementação da valorização prometida.

Diante disso, o governo estadual anunciou a conclusão de uma nova proposta de reformulação do PCCR<sup>12</sup>, prevendo uma amplitude remuneratória de até 97% para professores com licenciatura e chegando a 150%<sup>13</sup> para doutores. Contudo, é fundamental ressaltar que, apesar do discurso oficial de valorização, a proposta ainda se encontra em tramitação. Foi enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, para apreciação e conversão em lei no dia 15 de outubro de 2025, data em que se comemora o Dia do Professor (TOCANTINS, 2025). Um ponto que deve ser destacado é que a efetivação do PCCR não configura um "presente" governamental, mas sim o cumprimento de um direito estatutário e a materialização da valorização profissional que é devida à categoria.

A necessidade de mobilização contínua da categoria para assegurar um direito elementar, o de possuir uma carreira digna, atualizada e compatível com a complexidade da docência, explicita a persistente desvalorização profissional no Estado. Embora o governo estadual apresente a reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-conclui-proposta-do-pccr-dos-profissionais-da-educacao-e-preve-amplitude-remuneratoria-de-ate-97/yd5foykqjqr>. Acesso em: 09 fev. 2026.

<sup>12</sup> Previsto para aprovação em 15 de outubro de 2025, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) da Educação do Tocantins foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 4 de novembro e sancionado em 27 de novembro de 2025 pelo governador em exercício, Laurez Moreira, em razão do afastamento cautelar do governador Wanderlei Barbosa, determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

<sup>13</sup> Agência Tocantins (2025); Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED (2025).

(PCCR) como um marco de avanço, sua efetivação apenas após uma década de estagnação, e condicionada a paralisações e pressões públicas, evidencia que a valorização docente permanece mais como resposta conjuntural a crises do que se entende como princípio estruturante da política educacional.

Tal cenário reforça a compreensão de que, no contexto analisado, a educação segue submetida à tensão entre um discurso oficial de reconhecimento e práticas governamentais que secundariza o professor na hierarquia das prioridades estatais. Conforme discute Tardif (2013), essa discrepância entre expectativas e condições reais expressa a contradição estrutural que atravessa o magistério, cuja valorização permanece condicionada a lógicas conjunturais e não a um compromisso efetivo com a educação, comprometendo não apenas as condições de trabalho, mas a própria qualidade social da educação ofertada.

Essa disparidade entre discurso oficial e prática governamental confirma o seguinte: a crise da profissão docente é, sobretudo, uma crise de reconhecimento. Assim, a docência em Língua Portuguesa no Tocantins se situa em um contexto no qual o professor é demandado a inovar, responder por resultados e assumir responsabilidades ampliadas, sem que lhe sejam asseguradas as condições objetivas de trabalho que possibilitem um exercício profissional qualificado.

#### **4.2 Fragilidades na formação inicial e continuada do professor**

Mediante as diversas transformações sociais, culturais e educacionais da contemporaneidade, a formação inicial de professores representa papel relevante na qualidade da educação básica, já que é o momento no qual se estabelece as bases do trabalho docente. Mas a formação inicial não se dá de forma fácil. Muitos estudantes durante a graduação precisam conciliar os momentos de estudos com longas horas de trabalho e isso faz com que não tenham tempo para executar de forma adequada atividades que os fariam aproveitar melhor o tempo na graduação, como leituras e pesquisas que contribuíssem para a formação mais adequada. Segundo Silva (2025) na graduação há um perfil de estudantes que são trabalhadoras e que comparecem às aulas, no período noturno, depois de dois turnos de atividades exaustivas. O autor destaca ainda, que algumas estudantes precisam conciliar as atividades acadêmicas com outras demandas, como os serviços domésticos e a maternidade.

Além disso, podemos perceber os desafios da formação inicial ao dialogar com os colegas durante as aulas da disciplina Letramento e Ensino, momentos em que foram

relatados os desafios enfrentados quando estavam na graduação. Entre os desafios estava a necessidade de trabalhar para poder estudar e ajudar a manter a família. A estes desafios soma-se o percurso da pós-graduação, em que a realidade das professoras não é diferente, pois também precisam conciliar trabalho com estudos, uma vez que nem sempre conseguem licença remunerada para se dedicarem ao curso e acabam acumulando jornadas, como é caso do grupo de estudantes cursistas dessa turma, o que dificulta o envolvimento exclusivo nas pesquisas necessárias à especialização.

A formação continuada deveria ser um espaço de atualização e reflexão sobre a prática docente, especialmente diante dos desafios socioculturais propostos pela perspectiva dos multiletramentos (CAZDEN et al., 2021). No entanto, ela frequentemente reproduz a mesma desarticulação observada na formação inicial. Em muitos casos, é conduzida de forma impositiva e burocrática, priorizando o cumprimento de carga horária e exigências administrativas, em vez de promover o desenvolvimento crítico e a troca efetiva de experiências entre os professores. Nessa lógica, é reduzido o caráter formativo e aproxima-se de um ritual obrigatório, distante das reais necessidades e contextos das escolas.

Assim, apresentam-se como corpus desta análise os comentários feitos à publicação no Instagram oficial da SEDUC-TO sobre uma formação continuada, bem como os dados levantados por meio dos instrumentos de monitoramento realizados bimestralmente nas Escolas Estaduais de Tempo Integral da Regional de Palmas, Tocantins.

O Quadro 2, com os comentários extraídos do perfil oficial da SEDUC/TO no Instagram em 25 de janeiro de 2025, referentes à formação *Profe*, evidencia o descontentamento generalizado dos docentes em relação às propostas de formação continuada oferecidas pela rede estadual. As falas dos professores, sublinhadas no quadro, evidenciam frustração e revolta. As manifestações, em tom de ironia e indignação, revelam percepções de desorganização, ausência de diálogo e distanciamento entre os conteúdos abordados nas formações e as reais demandas do cotidiano escolar. Há críticas à falta de escuta, à superficialidade dos temas e à condução de encontros on-line que priorizam a comprovação de participação em detrimento da reflexão pedagógica. Essa insatisfação demonstra a fragilidade das políticas de formação continuada, frequentemente impostas de forma verticalizada e descontextualizada, sem considerar as especificidades locais e a experiência docente. Sob a ótica dos letramentos sociais (STREET, 2014) e dos multiletramentos (CAZDEN et al., 2021), observa-se que essas

formações deixam de reconhecer o professor como agente de construção coletiva, restringindo-se a práticas transmissíveis que pouco contribuem para a transformação das práticas de ensino e para o fortalecimento da identidade profissional.

## Quadro 2: Comentários no Instagram sobre Formação continuada

| <i>Profe: Formação continuada, realizada em 25 de janeiro de 2025 - Comentários dos participantes</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 - <u>Tentando entender</u> porque os comentários do youtube estão desativados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 2 - Seduc/TO as metodologias das formações estão <u>sem produtividade</u> , <u>só ocupando espaço sem agregar</u> de verdade e com medo de ouvir os professores sempre lendo os comentários que agradam ou elogiam a secretaria. Milhões para formar os diretores com tudo do bom e do melhor, e para os professores... Youtube! Ficar sentada assistindo a formação justamente com os professores e a equipe gestora aparecendo de hora em hora para tirar fotos e servir de evidência para a SRE. Nem vou falar do DCT que é uma bagunça, sem sequência e sem organização por bimestre e ano. A coisa está cada dia pior, mas .....Milhões para formação de líderes e <u>zero para estrutura na escola e para os nossos projetos.</u> |
| 3 - Oh.... <u>perca de tempo..</u>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 4 - <u>Sugiro</u> a galera escolher uma série para maratonar nesses dois dias de circo, ou aproveitar pra estudar pra outras coisas que não seja a educação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 5 - kkkkk Seduc do Tocantins <u>é uma palhaçada!</u> As formações são dadas por pessoas que não são professores, ou que são, mas que estão fora da sala há uns 15 anos kkkkk e fora os coaching, os louvores e as mil mentiras contadas kkkkkk                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 6 - Mais “formação” online? Vai ter professor que trabalha em uma escola de outro país pra falar sobre como nós devemos trabalhar aqui também? Sinceramente, <u>essas formações não estão ajudando</u> , @seductocantins. Muito mais produtivas são formações feitas de forma presencial nas regionais. Com diálogos reais, professores que conhecem a realidade LOCAL E ATUAL da educação do Tocantins                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 7 - Que <u>perca de tempo</u> heim. Uns formadores que não conhecem a realidade das escolas. Uma vergonha.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Instagram da SEDUC. Disponível em <https://www.instagram.com/seductocantins>. Acesso em: 14 de out. de 2025.

Os comentários de profissionais e leitores sobre a referida matéria, analisados a partir da rede social Instagram, revelam uma percepção coletiva de desvalorização e desrespeito às condições reais do magistério. São recorrentes as denúncias sobre a incompatibilidade salarial, o congelamento de vencimentos e a retirada de direitos, bem como a pressão sobre gestores escolares para manipular dados e mascarar resultados. Essa lógica produtivista e burocratizada, que reduz o trabalho docente a números e estatísticas, ignora as complexidades do processo educativo e agrava o sofrimento psíquico dos professores. A falta de estrutura adequada, de formação continuada e de respeito ao tempo e às necessidades dos educadores e dos estudantes reforça um cenário de precarização, que exige políticas públicas efetivas de valorização e cuidado com a saúde mental dos profissionais da educação.

Os dados analisados revelam que, no Tocantins, persistem lacunas significativas

no processo de formação inicial e continuada de professores, especialmente no que se refere à articulação entre teoria e prática e à coerência das políticas formativas com as demandas reais das escolas. Nos comentários observados nas redes sociais da Secretaria de Educação do Estado, é recorrente a percepção de que as formações ofertadas estão distantes da realidade docente, excessivamente teóricas ou desvinculadas dos contextos escolares. Muitos professores expressam desmotivação e descrédito em relação às ações formativas, que em vez de promoverem diálogo e troca de experiências, são percebidas como tarefas burocráticas e impositivas.

### 4.3 Sistematização externa do trabalho

No cotidiano escolar, a sistematização do trabalho docente constitui-se como elemento fundamental para a articulação das ações pedagógicas, tais como: o planejamento de aulas, a elaboração de atividades orais e escritas, a correção de tarefas, os registros em diários de classe, a reelaboração de propostas e o desenvolvimento de projetos, além da busca por parcerias institucionais. Essas ações exigem organização e cumprimento de prazos, tanto por parte do professor quanto da própria escola. Somam-se a elas eventos e demandas externas, para os quais o docente também precisa se preparar e adequar sua rotina, a fim de atender às propostas dentro dos prazos estabelecidos.

Essas atividades externas geralmente são propostas pelo Órgão Central da Secretaria de Educação (SEDUC-TO) ou por instituições parceiras, e se materializam na forma de programas, projetos, campanhas, avaliações e formações que precisam ser cumpridas dentro de cronogramas específicos. Tais ações, apesar de apresentarem objetivos formativos e mobilizadores, exigem do professor organização adicional e constante adaptação às demandas estabelecidas, repercutindo diretamente na intensificação do trabalho docente. No Quadro 3 são destacadas algumas dessas demandas:

**Quadro 3: Eventos envolvendo o professor de Língua Portuguesa**

| Eventos/atividades previstas na unidade escolar | Eventos/atividades propostas pelo órgão central |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Planejamento de aulas e atividades              | SAETO                                           |
| Elaboração de atividades                        | SAEB                                            |
| Correções de atividades                         | OBMEP                                           |
| Registros de diários de classe                  | Olimpíadas de Língua Portuguesa                 |

|                                                         |                                                         |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Reelaboração de atividades                              | Programa Aprova Brasil                                  |
| Recuperações contínuas                                  | Simulados do Aprova Brasil                              |
| Simulados e avaliações internas                         | Simulado do ENEM                                        |
| Criação e desenvolvimento de projetos internos          | Concurso de redação Jovem Senador                       |
| Monitoramento da frequência e aprendizagem do estudante | Programa Escola das Adolescências: clubes de letramento |
|                                                         | Dossiê de oportunidades                                 |

Fonte: elaboração dos autores em 2025.

O Quadro 3 evidencia a coexistência e sobreposição entre atividades pedagógicas inerentes ao cotidiano escolar e demandas externas exigidas por instâncias governamentais, revelando um cenário de intensificação do trabalho docente. De um lado, encontram-se tarefas essenciais, como planejamento, elaboração e correção de atividades, registros escolares, recuperação contínua e desenvolvimento de projetos internos; de outro, alinham-se exigências como Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins-SAETO, Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica-SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, Aprova Brasil, olimpíadas acadêmicas, simulados, programas avaliativos e concursos educacionais, demandando que o professor equilibre práticas pedagógicas e socioculturais com metas normativas e resultados mensuráveis. Assim, ao atender a todos os eventos externos, além das demandas já previstas pela escola, o professor acaba dispondo de pouco tempo para concentrar-se nas intervenções pedagógicas necessárias ao desenvolvimento efetivo da aprendizagem dos estudantes.

Essa análise evidencia que, no contexto do letramento escolarizado, o modelo autônomo de letramento ainda prevalece na organização curricular e nas práticas pedagógicas (STREET, 2014, p. 150). Nesse modelo, há uma ênfase nos resultados gerais, com pouca atenção às singularidades dos sujeitos e às necessidades formativas específicas. Tal lógica contribui para a intensificação da sobrecarga docente, uma vez que o trabalho do professor passa a ser orientado prioritariamente pelo cumprimento de metas e padrões, em detrimento de intervenções pedagógicas contextualizadas.

Dentre os eventos, cita-se ainda, o “dossiê de oportunidades”<sup>14</sup> da Secretaria de

<sup>14</sup> O *Dossiê de Oportunidades* é um documento institucional publicado pela Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (Seduc/TO) com o objetivo de divulgar programas, projetos, concursos, prêmios e ações formativas destinados à rede estadual de ensino. Trata-se de um compilado informativo que reúne iniciativas voltadas a estudantes e profissionais da educação, apresentando seus objetivos, públicos-alvo, critérios de participação e períodos de execução, com a finalidade de ampliar o acesso às políticas e atividades educacionais promovidas ou apoiadas pelo órgão. A íntegra do Dossiê de Oportunidades encontra-se disponível para consulta pública no site oficial da Secretaria de Estado da Educação do

Estado da Educação do Tocantins, que traz um conjunto de iniciativas estruturadas, predominantemente, sob a lógica do reconhecimento simbólico, da meritocracia e da responsabilização individual, tanto de professores quanto de estudantes. Embora se configurem como estratégias institucionais de incentivo e mobilização da comunidade escolar, tais oportunidades evidenciam limites significativos no que concerne à formação docente e à democratização do acesso a políticas educacionais efetivas.

De modo geral, as “oportunidades” apresentadas no dossiê se inserem em um regime discursivo alinhado à cultura do desempenho, reforçando a responsabilização dos sujeitos educacionais e a competitividade, em detrimento de condições materiais que viabilizem práticas pedagógicas consistentes. A partir da perspectiva ideológica dos letramentos discutida por Street (2014), entende-se que tais iniciativas não são neutras, pois expressam valores e expectativas institucionais que moldam o trabalho docente, especialmente o do professor de Língua Portuguesa, que precisa conciliar demandas formativas, burocráticas e avaliativas, sem suporte adequado. Assim, apesar do discurso de incentivo à inovação e ao protagonismo, observa-se uma distância entre a retórica de valorização e a ausência de políticas estruturais voltadas à carreira, à formação continuada e às condições de trabalho, o que intensifica a carga docente e evidencia a necessidade de ações que priorizem a valorização profissional, a justiça social e o fortalecimento da escola pública.

As avaliações externas, como a Avaliação Estadual do Tocantins (SAETO) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), intensificam significativamente o trabalho docente ao exigirem planejamento específico, aplicação de simulados, correção de instrumentos e acompanhamento constante de resultados. Essas demandas ampliam a carga horária e atribuem ao professor funções de gestor de indicadores e executor de metas, muitas vezes sem tempo institucional ou suporte adequado. Este cenário afeta especialmente os docentes de Língua Portuguesa e Matemática, áreas centrais nesses exames, que precisam reorganizar o currículo e priorizar conteúdos avaliados, frequentemente em detrimento de práticas formativas mais amplas. À luz dos Novos Letramentos, a perspectiva ideológica de Street (2014), essas avaliações reforçam a cultura da *accountability* e a responsabilização individual, gerando pressão, estresse e sensação de insuficiência, fatores que contribuem para o desgaste e o adoecimento docente.

No mesmo movimento de intensificação do trabalho docente, o Programa Aprova

---

Tocantins: <https://www.to.gov.br/seduc/dossie-de-oportunidades/3dgvuu7rwryq>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Brasil atua como dispositivo de preparação sistemática para exames padronizados, oferecendo simulados, materiais didáticos e plataformas digitais de monitoramento de desempenho. Embora apresentado como estratégia de apoio pedagógico, o programa reforça a centralidade dos indicadores e transforma o cotidiano escolar em um ciclo contínuo de treino, avaliação e intervenção, deslocando o foco do processo formativo para a obtenção de resultados mensuráveis. Essa dinâmica impacta diretamente o professor, que passa a executar rotinas de análise de dados, planificação orientada por habilidades avaliativas e acompanhamento individualizado de metas, sem que haja, na mesma proporção, condições estruturais, tempo pedagógico ou valorização profissional.

No caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), observa-se um tensionamento ainda maior sobre o ensino de Língua Portuguesa, pois esse exame se tornou referência central para a organização curricular e para a avaliação do desempenho escolar no país. Embora seu formato contemple práticas discursivas e interdisciplinares que dialogam, em parte, com os pressupostos do Manifesto dos Multiletramentos (Cazden et al., 1996), a lógica que o sustenta frequentemente reforça práticas padronizadas e tecnicistas, distanciando-se das experiências concretas e dos repertórios socioculturais dos estudantes. À luz das contribuições teóricas de Street (2014) e Signorini (2007), é possível compreender o ENEM como um dispositivo não neutro, que institui valores, regula práticas pedagógicas e orienta identidades escolares, projetando sobre o professor responsabilidades desproporcionais em relação aos resultados. A pressão pelo “preparo para o ENEM” limita a autonomia docente, intensifica a rotina de simulados, revisões e mapeamentos de habilidades e gera desgaste emocional, sobretudo entre os professores de Língua Portuguesa, que precisam conciliar o trabalho formativo com a cobrança institucional por desempenho, contribuindo para a intensificação do trabalho e para o adoecimento docente.

Diante do exposto, compreende-se que avaliações como SAEB, SAETO e ENEM e o Aprova Brasil não podem ser reduzidas a instrumentos técnicos de mensuração da aprendizagem, pois, com base na concepção ideológica dos letramentos (STREET, 2014), constituem-se como práticas sociais que produzem sentidos, regulam ações e instituem formas legítimas de ensinar, aprender e avaliar. Ao definirem padrões de desempenho e orientarem o currículo segundo indicadores numéricos, essas avaliações reconfiguram o cotidiano escolar e deslocam o foco do processo formativo amplo para o atendimento a metas externas, tensionando a autonomia docente e a pluralidade de práticas pedagógicas. Em vez de reconhecer e valorizar os múltiplos letramentos e contextos socioculturais dos

estudantes, reforçam uma lógica homogeneizadora e performativa que atravessa o trabalho dos professores, intensificando sua carga laboral e contribuindo para experiências de pressão, insegurança e desgaste emocional.

Após a análise de todos os fatores externos pontuados anteriormente, elucidamos que tudo isso reverbera no crescente adoecimento mental dos professores da rede estadual do Tocantins, tendo-se configurado como um problema de saúde pública e educacional. De acordo com matéria publicada pelo *Jornal do Tocantins*<sup>15</sup> em 25 de outubro de 2025, mais de 1.700 docentes foram afastados de suas funções por motivos relacionados à saúde mental. Entre as principais causas estão a sobrecarga de trabalho, as ameaças, a violência verbal, a ansiedade e a falta de assistência médica adequada. Esses fatores evidenciam um contexto de desgaste emocional e psicológico, intensificado pelas múltiplas exigências impostas à profissão docente, que vão desde o cumprimento de metas e índices, até a convivência com condições precárias de trabalho e ausência de apoio institucional.

Assim, reafirma-se a necessidade de políticas educacionais que concebam o letramento como prática social situada, capazes de promover a valorização dos letramentos situados e a diversidade sociocultural dos sujeitos, garantindo condições reais de trabalho e formação docente que permitam o desenvolvimento humano integral e o fortalecimento da escola pública.

## 5 Considerações finais

As reflexões apresentadas neste estudo evidenciam que o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica, especialmente no Tocantins, é atravessado por condições estruturais que impactam diretamente na prática do professor. A ausência de valorização financeira e social, a sistematização do trabalho e as fragilidades na formação inicial e continuada mostram que o professor atua em um cenário de tensões entre suas responsabilidades pedagógicas e suas condições reais de trabalho.

Ao dialogar com estudos dos letramentos, compreendemos que ensinar a língua é lidar com práticas sociais diversas, com modos plurais de (res)significar o mundo e com realidades culturais heterogêneas. No entanto, observamos que as políticas educacionais ainda privilegiam uma lógica de padronização e controle, o que limita a autonomia

---

<sup>15</sup> Reportagem publicada pelo *Jornal do Tocantins* em 25 de outubro de 2025 noticiou o afastamento de mais de 1.700 professores da rede estadual por problemas de saúde mental, decorrentes de fatores como sobrecarga de trabalho, violência verbal, ansiedade e ausência de assistência médica adequada. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/cidades/adoecimento-mental-afasta-mais-de-1-7-mil-professores-da-rede-estadual-em-2025-1.3328389>. Acesso em: 18 fev. 2026.

docente e reduz o espaço para práticas mais dialógicas e contextualizadas.

Da mesma forma, embora as diretrizes de formação docente apontem para a construção de um professor crítico e reflexivo, tanto a formação inicial quanto a continuada ainda apresentam distanciamentos entre o que é prescrito e o que se realiza efetivamente nas escolas. As vozes das professoras e professores analisados revelam a necessidade de formações que escutem, dialoguem e sejam construídas a partir da prática e da experiência desses profissionais.

Assim, percebemos que os desafios analisados ao longo deste estudo não se limitam ao campo pedagógico, mas alcançam a dimensão humana do professor. A sobrecarga, a desvalorização, as formações desarticuladas e as cobranças externas cumulativas produzem impactos diretos na saúde mental e emocional<sup>16</sup> desses profissionais, configurando um cenário de fragilidade que compromete suas trajetórias individuais e o próprio projeto de educação pública de qualidade. Reconhecer e enfrentar essa situação torna-se, portanto, uma urgência ética e política, indispensável para a construção de condições de trabalho que garantam o bem-estar docente e a continuidade de práticas educativas socialmente significativas.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Conselho Nacional da Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP Nº 2, de 01 de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Acesso em: outubro. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019. Acesso em: outubro de 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional da Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Acesso em: outubro de 2025.

CAZDEN et al. **Uma pedagogia dos multiletramentos**. Desenhando futuros sociais. (org). Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto et al.). Belo Horizonte: LED, 2021.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DQOsQrIjsKM/?igsh=YzZ5ZzR3dXg4eDdr>. Acesso em: 18 fev. 2026.

- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LOPES, A.; COUTINHO, C. **Documentos digitais como fontes de pesquisa educacional**. Braga: Universidade do Minho, 2016.
- MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação da linguística a linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (org.). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- RIBEIRO, A. E.; CORRÊA, L. A. **Letramentos e formação docente: práticas, políticas e resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- Seduc Tocantins**. Formação docente – vídeo 1. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ww0Rg2711vM>. Acesso em: out. 2025.
- Seduc Tocantins**. Formação docente – vídeo 2. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r7pdionItm0>. Acesso em: out. 2025.
- Seduc Tocantins**. Formação docente – vídeo 3. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9L9BDdSN\\_ZY](https://www.youtube.com/watch?v=9L9BDdSN_ZY). Acesso em: out. 2025.
- Seduc Tocantins**. Formação docente – vídeo 4. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ii11D1gxBPs>. Acesso em: out. 2025.
- Seduc Tocantins**. Formação docente – vídeo 5. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pkRxXh1UTSI>. Acesso em: out. 2025.
- Seduc Tocantins**. Formação docente – vídeo 6. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0WsbpPC6P6k>. Acesso em: out. 2025.
- Seduc Tocantins**. Formação docente – vídeo 7. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EtiD2e8dly0>. Acesso em: out. 2025.
- SILVA, W. R. (org.). **Letramento do professor em formação inicial: interdisciplinaridade no estágio supervisionado da licenciatura**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

SILVA, W. R. **Reflexão pela escrita no estágio supervisionado da licenciatura:** pesquisa em Linguística Aplicada. Campinas: Pontes Editores, 2014.

SILVA, W. R. Polêmica da Alfabetização no Brasil de Paulo Freire. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 1, p. 219-240, 2019.  
<https://doi.org/10.1590/010318138654598480061>

SILVA, W. R. **Construção do ensino crítico de Português para os anos escolares iniciais.** In: SILVA, W. R. (org.). **Reflexões sobre língua(gem) em contextos de ensino.** Palmas: EdUFT, 2024. p. 286-327.

SIGNORINI, Inês. Letramento escolar e formação do professor de Língua Portuguesa. In: KLEIMAN, A.; CAVALCANTI, M. (org.). **Linguística Aplicada:** suas faces e interfaces. Campinas: Mercado de Letras, p. 317-337. 2007.

STREET, B. V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2013.

OSMAN, A. A. E. Transformação Digital na Educação Pré-Universitária à luz do conceito da Nova República: estudo analítico. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 41, n. 4, p.144–186, 2025. Disponível em: [https://journals.ekb.eg/article\\_431140.html](https://journals.ekb.eg/article_431140.html)